

# INTRODUÇÃO

## PRINCÍPIOS DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL<sup>11</sup>

*Dilvo I. Ristoff<sup>12</sup>*

*Senhores Reitores e Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, Senhoras e Senhores.*

O Movimento Docente tem discutido a questão da avaliação institucional nas universidades brasileiras pelo menos desde 1982, quando a bandeira da avaliação foi desfraldada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Saí para o meu doutorado em 1983; voltei ao país em 1987 e a impressão que tive foi de que nada havia acontecido no país com relação a esta bandeira. Parecia ter ficado dobrada e guardada em algum baú de sótão. Soube, depois, que o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) gastou muito dinheiro em reuniões internacionais, que trouxe muitos especialistas estrangeiros ao país, que enviou muita gente em visita a universidades americanas e européias, mas a verdade é que, para as pessoas como nós, envolvidas com os afazeres diários da vida acadêmica, pouco resultado se viu.

Depois, veio a lista dos improdutivos do Goldemberg, e a confusão foi completa, pois a avaliação passou a ser associada à execução pública e tornou-se por algum tempo um tabu, um assunto politicamente, pelo menos, proibido. Talvez os tempos não estivessem maduros para o projeto; talvez uma sensibilidade mais aguçada de nossas autoridades pudesse ter apressado as coisas. Bem, mas isto é passado.

A verdade é que hoje, no presente, vivemos um momento realmente histórico no tocante à avaliação. As

iniciativas da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e Planejamento encontraram eco na equipe, ideologicamente plural do MEC. Este passou a exercer o papel não de condutor do processo, mas de articulador, de viabilizador e, por fim, de financiador. E isto talvez esteja fazendo toda a diferença. É importante destacar que setenta e uma universidades submeteram projetos de avaliação à Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC para participarem do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

O número de participantes é certamente significativo e mostra, sem sombra de dúvida, que o PAIUB passou a ter muitos adeptos, menos de um ano após a criação da Comissão Nacional de Avaliação (julho de 1993) e pouco mais de seis meses após a redação final do Documento Básico (novembro de 1993). As universidades, embora se reservem o direito da dúvida e, perdoem-me a expressão, de ficar com um pé atrás, parecem ter perdido o temor na sua relação com o Ministério, pois viram que este entendeu que, como não se cansa de repetir a Professora Maria José Féres, Diretora do Departamento de Políticas Educacionais do MEC, “só é possível mudar com a parceria das universidades”, mesmo porque qualquer análise revelará que a continuidade de projetos de educação para o país exige organização e articulação

<sup>11</sup> Palestra apresentada no 1º Seminário Nacional do PAIUB, realizado na Universidade de Brasília, de 24 a 26 de agosto de 1994.

<sup>12</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Comitê Assessor do PAIUB.

das bases. E neste contexto é impossível não lembrar que os Reitores e Pró-Reitores têm, via de regra, vida mais longa em seus cargos do que os Ministros e seus assessores. Como disse recentemente um colega nosso: "ou aborda-se a partir das bases ou aborta-se a partir do topo", insinuando que os ministros, pela sua efemeridade, dificilmente conseguem projetar algo para além da próxima sexta-feira. À efêmera permanência nos cargos há que se acrescentar as, por vezes, caprichosas investidas em novas direções, com total descaso ao que até então foi construído. Só a organização, a articulação e ações efetivas dos que lutam diuturnamente por uma universidade cada vez melhor podem garantir que o planejamento e o comprometimento coletivo e não o espasmo e o capricho pessoal definam o que a educação superior brasileira deve ser.

Acredito que esta abordagem preliminar, um tanto caricaturizada, faz-se aqui necessária, para mais uma vez ressaltar que as universidades públicas brasileiras só conseguem sobreviver se tiverem a consciência de que a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão precisa ser garantida em três frentes de luta e que esta luta nas três frentes tem que se dar concomitantemente. Refiro-me ao que poderíamos denominar de frente política, frente acadêmica e frente administrativa. Qualquer concepção que encare uma ou duas destas frentes como suficientes está fadada ao fracasso. A universidade pode ser extraordinária na qualificação de seu corpo docente, na qualidade de suas aulas, no desenvolvimento de suas pesquisas, mas ela fracassará se a frente política não lhe garantir o mínimo de recursos para equipar salas de aula, para zelar pela segurança dos registros, ou para assegurar a dignidade do trabalho. E o contrário também é verdadeiro: uma grande quantidade de recursos, por si só, não garante uma boa formação pedagógica, uma pesquisa de alto nível e uma administração eficiente. Ajuda? É claro que ajuda. Acreditar, no entanto, que é possível vencer uma luta tão dura em apenas uma das frentes é como acreditar que é possível ganhar uma guerra com apoio político e sem um exército treinado, ou com um exército treinado sem o apoio político que lhe assegure os recursos necessários à obtenção do instrumental bélico. Ou a luta se dá em todas as frentes, concomitantemente, ou perderemos a guerra. Esta compreensão, tão simples, por alguma razão misteriosa, freqüentemente, escapa a nós administradores.

Isto, embora não pareça, tem tudo a ver com o projeto de avaliação institucional proposto originalmente pela

ANDIFES e, após, pela Comissão Nacional de Avaliação, que, gostaria de lembrar, é constituída por representantes de toda a comunidade universitária nacional. Tem tudo a ver porque a avaliação é concebida justamente como instrumento fundamental para a construção do projeto acadêmico-pedagógico e administrativo capaz de sustentar a resistência a favor da universidade pública.

Quais foram, então, os princípios que nortearam a ANDIFES, a Comissão Nacional e o Comitê Assessor na elaboração do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB)? Embora esta seja uma leitura pessoal do texto do PAIUB, creio que os colegas que participaram ativamente das discussões junto à ANDIFES, Comissão Nacional e Comitê Assessor concordariam que à construção do Programa subjazem os princípios que a seguir apresento para reflexão. De uma forma expressa ou implícita, parece-me, os princípios abaixo estão presentes no texto:

- **Globalidade**
- **Comparabilidade**
- **Respeito à identidade institucional**
- **Não premiação ou punição**
- **Adesão voluntária**
- **Legitimidade**
- **Continuidade**

Nestes princípios está o cerne da concepção do PAIUB, e é o que deveria, em meu entender, nortear cada um dos projetos das universidades brasileiras. Vou tentar explicar por quê.

O princípio da **globalidade** expressa, primeiramente, a noção de que é necessário avaliarmos a Instituição não só a partir de uma das suas atividades. O ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias universitárias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da vida acadêmica, enfim, todos os elementos que compõem a vida universitária devem fazer parte da avaliação para que a mesma seja a mais completa possível. É claro que é preciso começar em algum lugar e, na minha percepção, não importa muito onde se

começa desde que se comece. Não podemos é adiar as coisas eternamente.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por

---

**O princípio da globalidade  
igualmente guarda uma visão de  
que o valor que buscamos com a  
avaliação não pode ser  
absolutizado**

---

exemplo, iniciou com formação pedagógica para os docentes, na visão de que sensibilização não precisa preceder à avaliação, mas pode constituir-se desde logo em uma de suas ações concretas; a Universidade Federal do Paraná, pelo que me consta, iniciou com avaliação do docente pelo discente; e a Universidade de Brasília iniciou por uma longa etapa de sensibilização. Cada instituição precisa seriamente considerar as forças em ação no seu contexto específico e decidir, preocupando-se sempre com o princípio da globalidade, ou seja, com o caráter institucional da avaliação. O desafio, parece-me, está em articular e fazer convergir os esforços avaliativos em andamento nos diferentes setores e nas diferentes funções da instituição.

O princípio da globalidade igualmente guarda uma visão de que o valor que buscamos com a avaliação não pode ser absolutizado a partir de indicadores parciais, por melhor que seja a nossa metodologia, ou por concepções interpretativas que enrijeçam perspectivas. As universidades federais, em particular, por serem instituições bastante complexas, têm sido vítimas constantes deste tipo de avaliação parcializada. Toda a vez que se tenta apresentar um tijolo da casa como se fosse representativo da casa como um todo estamos expressando inverdades e cometendo injustiças. Da mesma forma, concepções interpretativas centradas nos agentes do ensino, da pesquisa e da extensão e que desconsiderem outros possíveis centros de interpretação como as agências, as ações, os propósitos ou o cenário em que se desenvolvem tendem a ser simplistas e a produzir distorções grosseiras.

O segundo princípio do PAIUB é o da **comparabilidade**. A palavra significa no contexto, na verdade, nada mais do que a busca de um linguajar comum dentro da universidade e entre as universidades. Desde já é importante dizer que O PAIUB não tem por objetivo promover ranqueamento. A idéia é a da comparabilidade, no sentido de buscarmos uma uniformidade básica de metodologia e indicadores. A verdade é que quando hoje falamos em “aluno” não estamos falando do mesmo conceito nem de unidade à unidade dentro da instituição e, muito menos, de norte a sul do país. Parece inacreditável, mas como recentemente lembrava um colega nosso, há pelo menos oito diferentes significados para a palavra “aluno” em uso no país. A questão complica-se ainda mais quando tratamos de questões como “evasão”, “trancamento”, “cancelamento”, “egressos”, “taxa de sucesso” e outros termos do gênero - termos que precisam ser urgentemente definidos. Apenas a título de

exemplo, há universidades que calculam o índice de evasão pelo tempo médio de integralização do curso, outras computam apenas gerações completas, algumas consideram transferências internas e externas como evasão—outras não. Ou seja, ou uniformizamos a metodologia ou a comparabilidade dos dados fica prejudicada, pois estaremos atribuindo nomes iguais para coisas muito diferentes, tornando os resultados inúteis para fins gerenciais. Foi em função disso que, através da criação de uma tabela mínima de indicadores institucionais e do ensino de graduação, o PAIUB partiu em busca de uma linguagem comum para todas as Instituições de Ensino Superior do país. É uma tentativa de evitar babel, permitindo a comparabilidade e, é claro, a própria compreensão do que acontece em nossas universidades, pois a compreensão é sempre, queiramos

ou não, de natureza relacional. Como já dizia o crítico Samuel Johnson, “para sabermos se uma montanha é alta ou se um rio é profundo, é preciso que tenhamos conhecido muitas montanhas e muitos rios.

A comparabilidade, entretanto, precisa vir acompanhada de outro princípio—o do **respeito à identidade institucional**, pois as montanhas menores e os rios mais rasos também têm a sua importância e a sua contribuição a dar. O princípio do **respeito à identidade institucional** busca, justamente, contemplar as características próprias das instituições e visualizá-las no contexto das inúmeras diferenças existentes no país. As Instituições de Ensino Superior (IES), como sabemos, são muito diferentes na sua natureza, nas suas pretensões, na sua qualificação, no seu estágio de desenvolvimento, e não há que se exigir delas desempenhos incompatíveis com as suas características. Assim, os dados referentes a uma universidade de ensino, pesquisa e extensão, como as universidades federais, devem ser necessariamente diferentes dos de uma instituição onde, como no caso de 75% das IES do país, a função única, de fato, é o ensino.

Este princípio, associado à metodologia proposta de auto-avaliação, como estágio inicial da avaliação, possibilita que as instituições reflitam honestamente no que são e no que pretendem ser, ou seja, que reflitam sobre a sua identidade, antes de serem submetidas à avaliação propriamente dita — a avaliação externa. Entendem os elaboradores do PAIUB que “a avaliação supõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamentos derivados dos objetivos que orientam [a instituição]”.

---

**Ou uniformizamos a metodologia  
ou a comparabilidade dos dados  
fica prejudicada, pois estaremos  
atribuindo nomes iguais para  
coisas muito diferentes**

---

O princípio da **não-punição ou premiação**, embora sempre presente nas discussões da Comissão Nacional e do Comitê Assessor, acabou não ficando registrado no texto final, exceto por uma única frase: “[o processo de avaliação] não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas”. Uma discussão mais aprofundada tornou-se, de certa forma, desnecessária, quando ficou contemplada a questão da adesão voluntária e da legitimidade, sobre os quais pretendo dizer alguma coisa mais adiante.

Gostaria, no entanto, de expressar as minhas preocupações pessoais com relação a esta questão. Considero-a, na verdade, a questão mais delicada e controversa e, por isso mesmo, merecedora da nossa atenção.

Já mencionei o caso da lista dos improdutivos do Goldemberg e as suas consequências, entre as quais a mais nefasta foi a de retardar a aceitação da avaliação institucional nas universidades brasileiras, embora a Universidade de São Paulo, é preciso que se diga, já tenha superado a questão há algum tempo. Tenho, também, plena convicção de que vivemos em um país que premia pouco a excelência, tem pouco respeito à privacidade do indivíduo e, por isso mesmo, comete pequenos atos de execração pública todos os dias. Bastaria registrarmos os verdadeiros atentados públicos à dignidade dos alunos, atentados dos quais tomamos conhecimento diariamente. Não cabe discuti-los aqui, mas é inegável que contam um pouco desta história da nossa cultura. Isto serve apenas para registrar a opinião de que o castigo muitas vezes vêm sem crime e que punimos mais do que premiamos e premiamos muito menos do que deveríamos.

Um exemplo: mais de trinta e dois mil questionários foram respondidos em trinta e cinco dos trinta e sete cursos que recentemente tiveram participação no processo de avaliação do docente pelo discente conduzido na Universidade Federal de Santa Catarina. As avaliações do desempenho docente são, na sua grande maioria, muito boas, com índices surpreendentes de aceitação. O interessante, no entanto, é que não ouvi ninguém ainda propor premiação, mas, ah, como ouvi manifestações dos que querem usar os dados para punir individualidades. Mesmo sendo favorável à premiação em um sistema que

tantas vezes trata como iguais os diferentes, triturando a todos e transformando-os em massa uniforme, mesmo assim sou contrário a que punição ou premiação estejam, de alguma forma, associadas à avaliação. A punição que alguns de nossos colegas querem, ademais, observadas as limitações da estabilidade incondicional no

serviço público, pode ocorrer hoje com os instrumentos disponíveis. Professores não pontuais, não assíduos, incompetentes, descumpridores de suas obrigações podem, por exemplo, ser punidos com os mecanismos existentes, se punir for julgado fundamental. Basta levarmos a sério a função que exercemos!! Para isso não é necessário um atrelamento a

um processo de avaliação institucional, sabidamente complexo e cujos objetivos precisam extrapolar esta questão.

Já podemos de imediato ouvir a contestação: “se ninguém for punido ou premiado, tudo vai continuar como está; os dedicados e competentes não terão chance, a malandragem e a ineficiência tomarão conta das universidades e a avaliação terá sido inútil”. A pergunta desta perspectiva é só uma: “Então, para que avaliar se não podemos punir ou premiar”? Ora, não vou discutir aqui os objetivos expressos em, virtualmente, todos os projetos e propostas de avaliação que conheço. Estes invariavelmente dizem algo desse teor:

**“Avaliar é importante para impulsionar um processo criativo de auto-crítica”;**

**“Avaliar é importante para conhecer como se realizam e se inter-relacionam as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração”;**

**“Avaliar é uma forma de reestabelecer compromissos com a sociedade”;**

**Avaliar é importante para “repensar objetivos, modos de atuação e resultados”.**

**Avaliar é “estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas”;**

**“Avaliar para poder planejar”;**

**“Avaliar para evoluir”;**

**etc.**

Estas colocações todas me satisfazem. Concorro com elas, entendo o seu significado e vejo a sua importância. Quero, entretanto, acrescentar mais uma definição a esta lista de objetivos, pois creio que ela está fortemente presente em todos os projetos de avaliação: **“avaliar para (a) firmar valores”.**

---

**Quero, entretanto, acrescentar mais uma definição a esta lista de objetivos, pois creio que ela está fortemente presente em todos os projetos de avaliação: “avaliar para (a) firmar valores”.**

---

A palavra avaliação contém a palavra “valor” e, por isso mesmo, não podemos fugir desta concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem a função de (a)firmar valores estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultados de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro. Assim que, quando, por exemplo, organizamos um instrumento de avaliação do desempenho docente, e este instrumento põe perguntas, há sempre um valor desejado e indesejado subjacente a cada uma destas perguntas. Quando perguntamos, por exemplo, se o professor **apresentou** plano de ensino, estamos na verdade afirmando que apresentar plano de ensino é desejável. Quando perguntamos se o professor **cumpriu o plano** de ensino, estamos de fato afirmando que cumprir o plano é desejável. Quando perguntamos se o professor foi **assíduo ou pontual**, estamos, sem dúvida, afirmando que assiduidade e pontualidade são os valores que prezamos.

Estas são as formas mais escancaradas de apresentar o que muitas vezes se disfarça, se insinua e se espalha como neutro, mas a avaliação não é neutra como não é neutra ou desinteressada a linguagem. O que temos que assumir com toda a honestidade e franqueza é que há valores que prezamos e que queremos que se instalem, em um dado momento histórico, com a consciência de que eles não são necessariamente eternos, pelo menos não na forma em que hoje os concebemos. Enquanto acreditarmos que apresentar planos de ensino e cumprir planos, ser pontual, ser assíduo, ser claro, etc. são valores importantes, por que não fazer a sua defesa? Pode que amanhã surja alguém que nos convença de que nossos valores são prejudiciais ao ensino e à aprendizagem. Talvez. Se formos, de fato, levados a crer que este é o caso é porque o argumento deve ser muito convincente. Se convencidos, temos mais é que, com humildade, aceitar a mudança.

Para terminar a discussão deste princípio da não-punição e não-premiação, gostaria de dizer que minha intenção ao tratar da afirmação de valores é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja no mérito a dualidade do crime e do castigo. É esta função educativa que nos conduzirá ao processo de instalação da cultura da avaliação—um processo que é penoso e lento porque ele se inscreve não no vazio, ou

numa página em branco, mas em uma história existente, em uma realidade, em um texto cultural que o antecede e o qual pretendemos reescrever.

Os usos da avaliação para o professor, para o curso, para os departamentos e centros, para a administração das universidades, como um todo, para o sistema educacional do país, como um todo, são inúmeros, razão pela qual considero desnecessário, inconveniente, para não dizer perigoso, atrelá-lo de alguma forma à premiação ou punição — incluído aí a alocação ou não de recursos.

Parece grande a dificuldade de muitas pessoas de compreenderem esta noção da avaliação desatrelada da punição. Somos uma sociedade em que o humor punitivo, apesar dos seus inúmeros e óbvios fracassos, conseguiu distorcer o que há de mais precioso na avaliação—a sua capacidade de construir—tornando-a mero instrumento de classificação. Quando esta visão se enraíza em um espaço como as universidades, que são, por natureza, casas de instrução e não de punição, temos razões sérias para nos preocuparmos. A avaliação precisa ser um processo de construção e não uma mera medição de padrões estabelecidos por iluminados.

Quando paramos para pensar sobre o assunto vemos que, na verdade, são poucos os valores que implicam em culpa. Não pensamos normalmente como passíveis de punição as deficiências intelectuais. Se um aluno escreve mal ou lê mal nossa postura correta não é punir mas chamá-lo para o lado e oferecer o nosso apoio para que tenha oportunidade de crescer. No dia a dia de nossa sala de aula, muitos de nós professores ainda usamos as provas e testes não para construir a aprendizagem, mas para classificar os alunos e, aí sim, unicamente para punir os fracos e premiar os fortes. Nossa prática é uma prática de exclusão e não de construção da aprendizagem—o que, de fato, deveria ser. O Professor Cypriano Luchesi, creio, foi muito feliz ao comparar a prática avaliativa de sala de aula à preparação de uma bebida a ser servida a amigos que nos visitam. Antes de servir a bebida a nossos amigos, sugere Luchesi, nós a provamos. Se constatamos que falta açúcar, não a jogamos fora; pegamos uma colherinha e acrescentamos mais açúcar. Provamos outra vez; se ainda faltar açúcar, não jogamos a bebida fora, acrescentamos mais açúcar. E assim, sucessivamente, através de “provas” e ações corretivas, até chegarmos à bebida que queremos. A prática avaliativa na universidade, frequentemente, apenas estabelece padrões (muitas vezes caprichosos) de exigência e exclui de seus quadros, joga fora, com assustadora facilidade, talen-

---

**Quando esta visão se enraíza em um espaço como as universidades, que são, por natureza, casas de instrução e não de punição, temos razões sérias para nos preocuparmos.**

---

tos que não se adaptarem aos mesmos, pouco oferecendo, no entanto, com vistas a melhorar os processos que possam levar aos resultados desejados. A avaliação da aprendizagem decididamente reforça uma política vigente: de exclusão e não de inclusão, de classificação e não de construção. Este tipo de avaliação choca-se com o que propõe o PAIUB— uma avaliação capaz de identificar os pontos fortes e fracos, as possíveis omissões e potencialidades inexploradas, para que se possa, não punir ou premiar, mas dar consequência, corrigindo rumos e buscando iluminar as virtudes necessárias à busca de uma universidade melhor.

É claro que há atitudes que devem ser passíveis de punição no mundo acadêmico: o plágio, a cola, a irresponsabilidade, a agressão, a coação, etc., mas estes e outros são comportamentos que já têm, via de regra, punição prevista na própria legislação das IES de todo o país.

Punir, por fim, significa atribuir relevância à culpabilidade. A culpa muitas vezes, entretanto, está diluída entre pessoas, grupos, condições, deficiências, insuficiências, ignorância, aspectos estruturais, indefinições, imperfeições legais, etc., e a atribuição de culpa é muitas vezes complicada e injusta. A punição pode levar, igualmente, a dados forjados e não à verdade, podendo também alimentar resistências políticas ao processo de avaliação, como as vivenciadas na era Goldemberg. O que se busca, repito, é a instalação da cultura da avaliação para que se perceba diuturnamente a importância da preocupação com processos e resultados. Hoje temos, na maioria das universidades, mais normas, regulamentos e legislação do que cobrança de resultados. Esta é a evidência viva de que nos falta a cultura da avaliação, pois de que nos servirão as normas se não tivermos um norte. Conforme ressaltava o Professor Jesus Renato de Gallo Brunet, da Universidade Federal de Santa Maria, sem avaliação não há planejamento e, sem planejamento, não há norte. Podíamos acrescentar: sem norte estaremos condenados a uma caminhada sem visão e sem destino.

A Comissão de Avaliação entende ainda que a adesão deve ser voluntária, pois o que se busca vai muito além de constatações específicas e momentâneas geradas por instrumentos de medição ou ponderação, por mais adequados que estes possam parecer. O que se busca, antes de tudo, é a compreensão da necessidade de instalarmos na universidade a **cultura da avaliação**—um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E este processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com *intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na*

*utilização dos resultados.* É a esta percepção que chamo de princípio da **adesão voluntária** — e esta deve estar presente tanto na relação PAIUB-IES quanto na participação dos diferentes segmentos e unidades e sub-unidades dentro da instituição. A idéia é de vencer convencendo e não impondo. Se o número de projetos submetidos ao Programa nacional de avaliação indica alguma coisa, cremos que, pelo menos, na relação IES-PAIUB, está correto afirmar que o princípio da adesão voluntária está correto.

A questão da **legitimidade** é outro princípio importante. Se a adesão voluntária garante legitimidade política, o projeto produzido precisa de legitimidade técnica, e esta se expressa principalmente de duas maneiras: (1) numa metodologia capaz de garantir a construção de indicadores adequados, acompanhados de uma abordagem analítico-interpretativa capaz de dar significado às informações; e (2) na construção de informações fidedignas, em espaço de tempo capaz de ser absorvido pela comunidade universitária.

No tocante à legitimidade técnica creio que é importante atentarmos para os riscos do quantitativismo, do utilitarismo e do imediatismo—características puramente empresariais que muitas vezes nada têm a ver com a natureza de uma instituição acadêmica que, embora enraizada no presente e existente, precisa estar voltada para o futuro e o que ainda não existe. As universidades não podem aceitar que o imediatismo e o utilitarismo a reduzam às suas limitações e nem aceitar que as suas próprias limitações transformem o mundo em mesmice. A universidade tem na superação do existente, das fórmulas, das técnicas, das receitas, dos métodos, do conhecimento, a sua principal meta. Daí que ela não pode ser apenas explicada por tabelas, por cifras e percentuais. Ela precisa de um esforço interpretativo capaz de dar significado à infinidade de dados que qualquer instituição é capaz de produzir rapidamente através de seus sistemas de informação. Para usar a metáfora de M. H. Abrams, a avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significado. Sem um eficiente trabalho interpretativo os dados serão apenas marcas sobre tabelas e gráficos, sem utilidade gerencial.

Por último, o princípio da **continuidade**. Um processo de avaliação, com as características do aqui em discussão, além dos princípios já apontados, deve ser contínuo. A continuidade permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos. Esta característica longitudinal da avaliação permite também testar a própria confiabilidade tanto dos instrumentos quanto dos resultados. Em função deste princípio, o PAIUB prevê a reavaliação como

etapa posterior à avaliação externa. Só a continuidade, é preciso que se diga, garantirá a construção da cultura da avaliação—cultura esta fundamental para que o Programa logre êxito.

Estes são, no meu entender, os princípios que construíram a proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. A proposta, evidentemente, não se esgota nos princípios. Uma discussão cuidadosa da metodologia e das ações previstas é fundamental para uma melhor compreensão do significado destes princípios no contexto do PAIUB. Temos a certeza de que esta discussão acontecerá com mais intensidade agora que uma proposta de projeto de avaliação institucional está à disposição de todos para ser criticada, aperfeiçoada, reconcebida e reescrita.

Para concluir, gostaria de enfatizar que o assunto

“avaliação” é sabidamente complexo e que não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para o país. Creio que é inútil procurá-lo. Ele precisa ser por nós construído. Nosso desafio primeiro, hoje, é seguirmos em busca de uma linguagem comum para as universidades brasileiras—uma linguagem que nos permita repensar, e, se necessário, reconstruir as propostas hoje existentes no país. O PAIUB, busca esta flexibilidade e esta linguagem comum, e isto, embora possa parecer pouco, é o grande primeiro passo de uma longa caminhada; é o início do fim de babel. E mais: é a instalação da capacidade de as universidades se contraporem a avaliações simplistas e propagandísticas e a matérias jornalísticas que, com dados falsos e incompletos, denigrem a universidade pública brasileira.

Obrigado.